

## EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos mais um número dos *Cadernos do CEAS*, agora em nova fase - iniciada em 2015 - em parceria do CEAS com duas universidades comunitárias, a UCSal e a UNICAP, e com o formato digital.

O número 235 dos *Cadernos do CEAS* inicia com um conjunto de seis artigos cuja característica comum é a discussão sobre a questão urbana, que vem atualizar uma temática à qual os *Cadernos* sempre atribuíram centralidade. Tal centralidade pode ser constatada no Índice Cumulativo (mas não exaustivo), publicado no número 234, onde são indicados 117 artigos sob os rótulos Políticas Urbanas, Habitação Popular e Mobilidade Urbana.

Neste número, quatro artigos visitam, sob várias perspectivas, as desigualdades de classe, raça/etnia ou renda na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, nos anos 2000. O primeiro deles, *Segregação socioespacial e desigualdades em Salvador*, com autoria de **Inaiá Maria Moreira de Carvalho** e **Gilberto Corso Pereira**, trabalhando com uma rica base de dados e com o georreferenciamento, agrega elementos para os debates em torno da segregação socioespacial nas metrópoles, destacando a importância da noção de efeito-território na análise da produção e na reprodução das desigualdades. Também focando nas desigualdades intraurbanas, **Iracema Brandão Guimarães**, em seu artigo denominado *Consequências de uma expansão periférica e seus impactos sobre a população juvenil*, discute a utilização do conceito de periferia urbana para a qualificação dos locais de residência dos pobres urbanos e as repercussões sobre os jovens que residem nesses espaços quanto às mudanças nos padrões de convivência com o progressivo desaparecimento da sociabilidade primária e sua substituição pela sociabilidade secundária.

Ainda no debate sobre as desigualdades de classe, o texto *A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador*, com autoria de **Rafael de Aguiar Arantes**, traz uma interessante análise acerca dos impactos da insegurança e do medo contemporâneos sobre a vida urbana, tanto em termos de sociabilidade, como de uma contínua reprodução da segregação socioeconômica da metrópole e dos seus espaços. Finalmente, ainda na perspectiva da segregação urbana centrada na classe, a antropóloga **Julie Sarah Lourau-Silva**, no seu artigo *Comércio informal em tempo de festas*, recorre aos conceitos de formalidade/informalidade, tolerância/intolerância e de região moral na análise

dos resultados de uma etnografia do comércio informal nas festas de rua de Salvador, com foco na ação do Estado na regulação desse comércio.

Os dois outros textos que tratam da questão urbana problematizam temas atuais e relevantes: a mobilidade urbana e a importância da participação dos cidadãos na construção de políticas e projetos urbanos.

No artigo *As dimensões da mobilidade sustentável: subsídios para um processo de formulação de políticas integradas*, **Juan Pedro Moreno Delgado**, **Karina Albuquerque de S. do Nascimento** e **Márcia Sampaio Baggi**, tendo como referência a concepção de cidades sustentáveis e as várias dimensões desta sustentabilidade, buscam aportar elementos para a formulação e avaliação de políticas para a superação da crise de mobilidade urbana, engendrada tanto pelo crescimento acelerado das cidades, como pela opção de mobilidade centrada em meios de transporte motorizados e, especialmente, no automóvel.

Finalmente, **Andrea Câmara**, **Robson Canuto**, **Paula Maciel**, **Clarissa Duarte Andrea Câmara**, no artigo *Plano Centro Cidadão e o processo de planejamento do espaço urbano cidadão*, discutem, a partir da análise de resultados de uma cooperação científica e técnica entre a Universidade Católica de Pernambuco e a Prefeitura de Recife, a relevância de estratégias para viabilizar participação e a colaboração ativa dos diversos atores sociais implicados no território objeto da intervenção pública para a construção de um plano urbanístico consensual.

Ao lado desse conjunto de artigos sobre a questão urbana, neste número o leitor ainda encontrará textos de caráter teórico-metodológico que aportam contribuições sobre a produção de conhecimento em campos específicos. Assim, **Anete B. L. Ivo**, no seu artigo *Agências multilaterais de desenvolvimento e comunidades epistêmicas*, apresenta a evolução temática da agenda de desenvolvimento difundida pelas agências multilaterais, no contexto de hegemonia neoliberal, nos anos 1990-2014, especialmente o Banco Mundial e o PNUD, e explora a relação dialética entre ciência, política e sociedade, destacando, de um lado, a formação de uma ‘comunidade epistêmica’ que opera na formação de consensos e a implementação de novos regimes de ação, e, por outro, o movimento contínuo, reflexivo e crítico da academia e da sociedade, bem como dos movimentos sociais que problematizam questões e questionam os novos consensos.

No artigo *A construção sociológica do objeto sindical: notas para uma teorização do sindicalismo*, **Selma Cristina Silva de Jesus** traz uma rica contribuição ao estudo do

sindicalismo e aos debates sobre o tema. Resultado de acurada revisão bibliográfica dos estudos sobre o sindicalismo no campo da Sociologia, identifica dois grandes tipos de leituras – sindicalismo como práticas discursivas e não discursivas –, destaca o debate em torno das abordagens que tratam os sindicatos como movimentos sociais e conclui, apresentando a sua concepção sobre a natureza do sindicalismo.

O texto **José Euclimar Xavier de Menezes**, *A Psicologia como ferramenta política no processo de sujeição da criança*, destaca a importância da apropriação das formulações de Foucault nos estudos sobre a infância e a adolescência, em especial quando estão em discussão a aprendizagem, a vigilância, a recompensa, a internalização de hierarquias, o controle da conduta e os comportamentos codificados como desviantes.

Por fim, outra contribuição relevante em termos conceituais e teóricos é trazida pelo artigo *Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária*, de **Gabriel Kraychete**, o qual problematiza o debate sobre a sustentabilidade da economia solidária, destacando as especificidades desse tipo de organização da produção, *vis-à-vis* os empreendimentos capitalistas. Neste sentido, formula os marcos conceituais próprios, necessários à análise desses empreendimentos, discute a ambiência necessária ao seu desenvolvimento, aportando elementos para a avaliação das políticas que buscam promovê-los.

Encerrando esta edição, de autoria de **María Alejandra Silva** temos o artigo *Los derechos humanos y la dignidade: en el caso del trabajo infantil en Argentina y Brasil*, o qual aborda as políticas de educação e de saúde dos dois países voltadas para a atenção a crianças e adolescentes que trabalham, bem como a capacidade de implementação dessas políticas por parte dos governos de regiões, com menor grau de desenvolvimento em ambos os países.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos que contribuíram com a elaboração desta edição dos *Cadernos do CEAS*, incluindo nossos/as pareceristas, as professoras Inaiá Carvalho e Anete L.B. Ivo que, além de autoras, apoiaram os editores na chamada de artigos. Nossos agradecimentos também à equipe da UNICAP, coordenada pelo Prof. Mariano Vicente da Silva Filho, que se responsabilizou pela revisão e normalização dos textos, a Nídia Lubisco, que também reviu alguns artigos e orientou a editoração, a Rogério Pacheco e Luis Paixão, pelo apoio técnico, e à equipe de Comunicação da UCsal que, além da divulgação da retomada dos Cadernos, é responsável pela elaboração da capa.

Finalmente, informamos a todos os leitores que os *Cadernos do CEAS* já estão recebendo contribuições para as edições de 2016, as quais devem ser encaminhadas pelo *site* da Revista.

**Ângela Borges**

**Joaci Cunha**

Editores